



A oferta da educação doméstica na casa do mestre e da família (1830 – 1930)

The offer of domestic education in the house of master and family (1830 - 1930)

La oferta de la educación doméstica en la casa del maestro y de la familia (1830 - 1930)

Maria José Torres Lima¹, Silvana Aparecida Bretas¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar a oferta de ensino anunciada por professores e professoras nos jornais do Estado de Sergipe, cujo local de ensino era a sua própria casa ou a da família do estudante, ao final do Império e início da República. **Métodos:** Foi realizado um estudo histórico documental, com a análise de jornais disponíveis nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Neste sentido, os esforços do presente estudo é compreender os processos de modernização através da história da educação doméstica existente e anterior ao sistema escolar que, conforme indica os estudos históricos da educação, se instalou de modo desigual nas diferentes regiões do estado brasileiro. **Resultados:** Nossa hipótese é que fragilidade e os ensaios de instalação da ordem educativa pública estatal apresentada em Sergipe mantiveram e deram sobrevida à modalidade de educação realizada no espaço privado da casa que, não obstante de suas profundas transformações, persistem na realidade educacional atual. **Conclusão:** Concluímos que a educação doméstica participou do jogo político que envolvia os problemas educacionais, parcialmente, ou nada resolvidos desse país, tornando-se assim, um subterfúgio de ensino para a sociedade sergipana.

Palavras-chave: Educação doméstica, Casa, Ensino.

ABSTRACT

Objective: To analyze the offer of education announced by teachers and teachers in the newspapers of the State of Sergipe, whose place of education was their own home or that of the student's family, at the end of the Empire and beginning of the Republic. **Methods:** A historical documentary study was carried out, with the analysis of newspapers available in the collections of the Historical and Geographic Institute of Sergipe (IHGSE). In this sense, the efforts of this study is to understand the processes of modernization through the history of domestic education existing and previous to the school system that, as indicated by the historical studies of education, settled unevenly in the different regions of the Brazilian state. **Results:** Our hypothesis is that fragility and the installation tests of the state public educational order presented in Sergipe maintained and gave survival to the modality of education held in the private space of the house that, not hindering its profound transformations, persist in the current educational reality. **Conclusion:** We conclude that domestic education participated in the political game that involved the educational problems, partially or not solved in that country, thus becoming a subterfuge of teaching for Sergipe society.

Keywords: Domestic education, Home, Teaching.

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aracaju – SE.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la oferta de enseñanza anunciada por profesores y profesoras en los periódicos del Estado de Sergipe, cuyo lugar de enseñanza era su propia casa o la de la familia del estudiante, al final del Imperio e inicio de la República. **Métodos:** Se realizó un estudio histórico documental, con el análisis de periódicos disponibles en las colecciones del Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe (IHGSE). En este sentido, los esfuerzos del presente estudio es comprender los procesos de modernización a través de la historia de la educación doméstica existente y anterior al sistema escolar que, según indican los estudios históricos de la educación, se instaló de modo desigual en las diferentes regiones del estado brasileño. **Resultados:** Nuestra hipótesis es que fragilidad y los ensayos de instalación del orden educativo público estatal presentados en Sergipe mantuvieron y dieron sobriedad a la modalidad de educación realizada en el espacio privado de la casa que, no obstante de sus profundas transformaciones, persisten en la realidad educativa actual. **Conclusión:** Concluimos que la educación doméstica participó del juego político que envolvía los problemas educativos, parcialmente, o nada resueltos de ese país, convirtiéndose así en un subterfugio de enseñanza para la sociedad sergipana.

Palabras clave: Educación doméstica, Hogar, Enseñanza.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a educação doméstica presente nos oitocentos e início dos novecentos nas províncias brasileiras, com interesse especial na província de Sergipe. A princípio, essa modalidade de educação pode ser definida por se realizar no interior da casa do mestre ou da família do estudante, cujo professor, preceptor ou explicador oferecem seu serviço de ensinar a quem dispuser de proventos para adquiri-lo.

Ao contrário do que se imagina, a educação doméstica não ocorreu de modo informal e independente da inspeção estatal, pois sua oferta aos moradores das capitais e das cidades interioranas, especialmente o ensino das primeiras letras, era uma realidade a qual o estado brasileiro não podia fazer vistas grossas e se eximir de seu papel de supervisor no assunto de educação (FARIA FILHO LM, 2005). Também não se tratava de uma educação que desprezava os avanços da pedagogia moderna que descentralizava o ensino da figura do professor para as capacidades naturais do educando, pelo método simultâneo e lancasteriano.

Para Siqueira L (2006), as novas tendências de ensino estabelecidos no século XIX, adequavam-se bastante ao exercício das aulas particulares que, funcionavam sob a égide das propriedades rurais com padres ensinando aos filhos de fazendeiros e agregados, ou ainda, ocorriam na casa do professor e até na moradia do aluno. Isso acontecia, pois, o padrão escolar conhecido hoje *“ainda não estava rigidamente internalizado e qualquer um que dominasse os rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo não se sentiria constrangido em transmiti-los em ambientes domésticos, privados”*.

Por outro lado, na obra referência sobre a educação doméstica de Vasconcelos MC (2005) as fontes históricas dão conta de que os professores além de apresentarem suas credenciais para exercer o ensino, também demonstravam domínio sobre o corpo de conhecimentos da nova pedagogia. Do mesmo modo, as fontes históricas, tais como jornais, relatórios, mapas de frequência, etc. também apontam para a intenção de demonstrar conhecimentos atualizados da pedagogia moderna pelos professores que se ofereciam a ensinar nas casas.

É imperativo entender que a oferta de ensino que acontecia no seio familiar não fora as cadeiras isoladas, conforme aponta o estudo de Pinheiro ACF (2002), pois, após a reforma pombalina, a unidade de aulas régias no sistema colonial foi substituída por cadeiras dispersas ou aulas isoladas, algumas nos centros urbanos e outras mais no interior. Com um requerimento de empregabilidade em mãos e posse de documento comprobatório de aprovação em concurso público para o magistério, qualquer pessoa podia abrir uma cadeira isolada pública, sob a fiscalização de um Diretor de Estudos (PINHEIRO ACF, 2002). Também não fora os grupos escolares cuja origem data do final do século XIX, projetados exclusivamente para abrigar o novo modelo escolar republicano, adquirindo características urbanas nos centros das principais cidades do estado. Programados para receber muitos alunos, muitos professores e muitas

classes, sob a base de uma estrutura organizacional de métodos de ensino, composição de materiais e disciplinas. Tudo sob as ordens de funcionários públicos, membros do corpo escolar: diretor da instituição escolar, inspetores e diretor da instrução pública (AZEVEDO CB, 2009).

A oferta de ensino que acontecia nas casas do mestre ou da família do aluno era uma realidade prevista na legislação provincial datada no ano de 1853 sujeita à inspeção da Instrução Pública e do Governo (SERGIPE, 1853a). Desde de já, não se trata de educação informal, pois a casa do mestre ou do pai de família estava sob a égide do poder provincial. Mais que isso, no conjunto da legislação encontramos a permissão de professores públicos receberem estudantes em suas casas e receber pelos serviços de alimentação e hospedagem, porém não os ensinavam. Encontrou-se também a permissão para “senhoras que se encontram no seio de suas famílias” ensinar as primeiras letras para crianças em sua própria casa, assim como a permissão de lecionar em função de seus “místeris individuais” (SERGIPE, 1853b e 1870).

Jornais sergipanos do período Imperial e do início da República, trazem anúncios de professores e professoras oferecendo-se para lecionar na casa de algum aluno ou mesmo, apresentando seus serviços de mestre em sua própria moradia. Vasconcelos MC (2005) denomina essa prática de, educação doméstica, pois trata-se do ensino que ocorre na casa do aprendiz ou do mestre, sob a vigilância e responsabilidade dos pais. Podendo haver uma variação que corresponde aos professores particulares, os preceptores e as aulas particulares. Essa educação doméstica esteve presente nos oitocentos sergipanos, contempladas legalmente pelo poder público e sujeitas, inclusive, à prestação de informação estatística e de desempenho dos aprendizes (SERGIPE, 1875).

De acordo com Lima MJ (2018), o ensino que acontecia na casa de um professor (a) ou na residência de um aluno, tratava-se de uma prática educativa particular que não se encaixava nos moldes escolares do Império e início da República. Segundo a referida autora, *“a estrutura física e organizacional dos diferentes estabelecimentos de instrução determinava o seu modo de ser ofertado, conduzido e de definições de responsabilização e hierarquização devidas e distintas”* (p. 10). Desse modo, não podemos alocar esse tipo de ensino nessa categoria.

Para efeito de utilização de uma nomenclatura mais adequada nos apropriaremos dos conceitos de Vasconcelos MC (2005, p.15) de educação doméstica, educação na casa e aulas particulares, sem, com isso, cometer o descuido de colocar sob essas categorias as escolas estatais que, por improviso, funcionaram em prédios destinados à moradia.

Esta prática foi bastante comum em todo território brasileiro no período Imperial e início da República, quando ainda não existia um sistema de escolas organizado, subsidiado e fiscalizado pelo Estado brasileiro (de forma consistente) e, deste modo, a população mais abastada recorria aos mestres que ofereciam o ensino das primeiras letras em sua própria residência (BRETAS SA, 2015).

Conforme Vasconcelos MC (2004), a prática da educação doméstica foi perdendo sua força e desapareceu por completo na então capital do Império, Rio de Janeiro, quando a inicial ação da política educacional começou a defender a instrução pública através da construção de uma rede de grupo escolares, com forte apelo e convencimento da população de que este sistema seria a melhor maneira de educar os filhos das elites locais. Segundo Lima MJ (2018), em Sergipe, atualmente a educação doméstica coexiste com os sistemas formais de ensino, sobrevivendo ao tempo e a toda conjuntura educacional que definiu a escola como a conhecemos. Para a autora, basta um passeio nas ruas da capital sergipana para observarmos algumas casas ostentando uma placa com os dizeres “Ensina-se banca”. Algo tão corriqueiro para a sociedade sergipana, *“tão incorporada no inconsciente da população que pouco, ou nada, chamou atenção dos historiadores da educação local como um objeto de estudo a ser desvendado pela pesquisa histórica, para conhecer suas oferta, suas formas e seus professores”* (p. 11).

Sem arriscar uma leitura anacrônica da história da educação de Sergipe, não estamos tentando dizer que a educação doméstica dos oitocentos seja uma continuidade linear das “bancas” atuais, apenas identificando que a educação doméstica ainda é uma realidade significativa no cotidiano de vários professores e professoras e de crianças e jovens que, concomitantemente, frequentam as salas de aula das

redes públicas e particulares consolidadas em todas as cidades sergipanas. Entendemos que profundas transformações foram operadas nessa modalidade de ensino, apenas trazer essa questão atual da educação da população do estado para evidenciar a importância de despender esforços para elaborar o passado da educação doméstica quando sua presença era tão ou mais intensa dos que as escolas estatais e particulares existentes na época. Ou seja, apesar das políticas pública do Império e da Primeira República mirar seu desenvolvimento em países avançados, as elites dirigentes não se comprometem em infraestrutura necessárias para acompanhar a ideia de desenvolvimento.

De acordo com os estudos de Faoro R (2012) e Faria Filho LM (2005), ainda que a educação escolar venha, aos poucos, ocupando as pautas nacionais e locais, não fora acompanhada de estruturas físicas, legais e de recursos humanos capazes de efetivar os padrões de modernização capitaneado pelas elites nacionais. Nossa hipótese, é que a oferta de iniciativa individual de professores e professoras nas residências (suas ou das famílias de seus pequenos estudantes), ocupou a importante e demora ausência de criação de escolas para a população brasileira e, especialmente, para a sergipana.

Deste modo, a educação doméstica foi um caminho possível e viável para as famílias e para os governos locais manterem minimamente o atendimento ao ensino das primeiras letras para as crianças e adolescentes. Portanto, o período assim delimitado, justifica-se tanto em termos de organização da pesquisa como, principalmente, por ser uma fase de maior concentração e consolidação da educação doméstica ofertada e praticada em Sergipe.

MÉTODOS

Nossa pesquisa se trata de um estudo histórico documental, pautado nas ofertas jornalísticas de professores que praticavam o ensino doméstico. Foram nos jornais sergipanos tais como: A Cruzada (1922-1930); A Notícia (1896-1897); Jornal do Aracaju (1871-1875); O Horizonte (1885-1886); O Republicano (1890); O Clarim (1890); O Porvir (1900); Gazeta de Sergipe (1890-1930); Correio de Aracaju (1906-1930); Diário da Manhã (1911-1922) que, encontramos as evidências da prática da educação doméstica no estado, pois, sob forma de oferta de ensino em casa, anúncios eram alocados nas páginas dos impressos, destinando-se ao público em geral. Pessoas consideradas “habilitadas” para lecionar e professores, expunham o desejo de dar aulas particulares em sua própria moradia ou na do aluno, e ainda, pais, contratando mestres para instruir seus filhos em seu domicílio.

Apesar de não haver uma seção padrão para este tipo de exposição, a maioria constava em uma página (normalmente a última), destinada exclusivamente para anunciantes de todo o tipo (comércio, mudança de endereço, parcerias entre lojas e pessoas, etc.).

Aqueles que anunciavam costumavam designar as disciplinas a serem lecionadas, ou se fosse o caso, mencionavam o ensino da instrução primária. A maioria discorria sobre seus louros, especialidades, experiências e, quase sempre, acerca da formação moral que possuía, questão principal a ser analisada pelos contratantes.

Os periódicos constituíram-se uma forma de comunicação importante na descoberta de características da educação doméstica no estado, bem como da sociedade sergipana, pois se consolidaram como um instrumento dinâmico de informações e, do modo de ser e estar da sociedade. Podemos considerar, então, que:

[...] “enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural” (LEITE CH, 2015, p. 3).

Os anúncios encontrados nos jornais dos séculos XIX e XX, nos fez não somente ter a certeza do conhecimento e reconhecimento da população sergipana pela educação doméstica, como também, através deles foi possível identificar as similaridades e diferenças entre os tipos de instrução utilizados pela sociedade de uma época para educar-se.

Através das ofertas pudemos distinguir e analisar o contorno em que era praticada, quem eram seus agentes, como era o ensino, a quem destinava-se, e até em que contexto social e econômico estava inserida. Tudo através dos simples “ofereço-me”, que estampavam as seções dos anúncios em jornais.

Neste sentido, investigar a oferta de ensino por professores e professoras em sua casa ou casa de família, através dos anúncios de jornal, representa um esforço intelectual de compreender como a sociedade brasileira, especialmente a sergipana, procurava integrar-se aos parâmetros sociais dos séculos XIX e XX.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A passagem para uma nova era, para um período moderno, ou do início da modernidade está imbuída de diversos aspectos norteadores de ordem social, principalmente. Assim, a lacuna que separa o termo *moderno* da nomenclatura *modernidade* surge do imperativo entre as relações entre passado e presente, daquilo que era e não é mais.

A modernidade é compreendida frente às mudanças estabelecidas na estrutura das sociedades ao longo do tempo, às evoluções que desencadearam entre outras coisas, às facilidades na vida cotidiana, à melhoria nas condições de vida, advindas do desenvolvimento da tecnologia.

Neste sentido, compreendemos o seguinte:

[...] “A palavra “modernidade” tem se prestado a diferentes interpretações de acordo com seus vários interesses de aplicação, apesar de ser traduzida, não raro, com a mesma ideia de modernização. Desse modo, ela foi interpretada e apropriada de uma maneira geral como “época da história”, em que predominariam as categorias da “novidade”, da “superação” e do “progresso” sob a égide do marco da Revolução Francesa, traduzindo-se muitas vezes como questão tratada em termos de “modernização”. Ao mesmo tempo, interpretada e apropriada como época das multidões, das cidades e da indústria, na qual predominariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial” (CARVALHO MVC, 2012, p. 26).

De acordo com Azevedo M (1991), a modernidade caracteriza-se como uma sociedade moderna e está relacionada com um aparato de ações, de mudanças sociais, de uma gama de instituições econômicas, sobretudo de cunho industrial, além de sistemas políticos.

Segundo o autor, nessa definição, se encaixam também “o pluralismo e a ideologia; a concepção linear de história; a realimentação mútua entre ciência e tecnologia, com a hegemonia de sua racionalidade própria; o predomínio cada vez maior do simbolismo formal de cunho numérico- matemático (informática);” (p.73-74).

Deste modo, a modernidade também deveria trazer consigo aquilo que transpusesse o sistema industrial vigente. No aspecto educacional, portanto, avanços de práticas consideradas vanguardistas deveriam sobrepor-se às tradicionais.

Nesta direção, educação da casa, em contrapartida com a educação estatal, atingia a modernidade em um nível marcadamente desafiador ante novas concepções e novos métodos apresentados aos cidadãos esperançosos por um novo tempo. Apesar dos contornos modernizantes, podemos destacar que:

[...] “as condições sociais, psicológicas, econômicas e culturais que envolveram a educação doméstica e seus agentes estão, como não poderia deixar de ser impregnadas das circunstâncias de uma época e de uma sociedade que lentamente deixava os últimos costumes herdados do período colonial e ingressava no estatuto da modernidade, definitivamente instaurado com a emergência do capitalismo no final do século XIX” (VASCONCELOS MC, 2005, p. 223-224).

Já a modernização, está imbuída de preceitos que traduzem uma nação, pois, foi a partir dela que determinada sociedade definiu-se, política, econômica e socialmente. Dessa forma, a palavra “modernização” foi introduzida como termo técnico, nos anos 1950, para Habermas J (2000), podemos conceituar este termo partindo de princípios acumulados e reforçados mutuamente na formação do capital, da evolução das forças produtivas, bem como o desenvolvimento do trabalho.

Ainda segundo o autor, podemos identificar nessa tentativa de explicar a modernização, os seguintes aspectos: o “estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da escola formal; à secularização de valores e de normas, dentre outros” (p. 26).

Para uma explicação mais assentada à realidade brasileira, de uma enorme parcela da população ser e ter sido marginalizada desde que os portugueses aportaram no Brasil, entende-se que a modernização, estimula o desenvolvimento conjunto de uma nação e “provoca a marginalização de amplos setores sociais e, mesmo, de regiões inteiras, sob a força do ‘caráter imperativo da modernização’, uma vez que não haveria ‘alternativas viáveis de desenvolvimento econômico’ (CARVALHO MVC, 2012, p.28) ”.

Como afirma Habermas:

[...] “O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas” (HABERMAS J, 2000, p.5).

O exemplo nacional de modernização, e de quase todos os países da América Latina, mostra que a trajetória da colonização, deixaram mais que apenas uma herança cultural, linguística ou racial, marcaram ferozmente o *modus operandi* da constituição socioeconômica do país. É por isso que [...] “a modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, etc., opera com muitas máscaras, tantas quantas as diferentes situações históricas” (FAORO R, 1992, p.20).

O processo de modernização desencadeado através da exclusão de parte da sociedade, não trouxe o progresso esperado, pois, para muitos, a modernização brasileira viria apenas com a difusão da instrução educacional.

A maioria da população do país recém-independente era analfabeta, negros escravizados com uma população esparsa e residente na zona rural, dificultando ainda mais o desenvolvimento da educação que, neste momento, era um bem valioso quase exclusivo das elites (VASCONCELOS MC, 2005). De acordo com a autora acima:

[...] “havia muitas restrições às idéias de democratização do ensino e elas confrontavam os limites políticos e culturais típicos de uma sociedade escravista, autoritária e baseada nas desigualdades sociais. O Estado Imperial tinha presença muito pequena no que tange à instrução, até porque a própria escola não havia se firmado detentora de um lugar social legítimo. Eram contestáveis a sua existência e necessidade” (VASCONCELOS MC, 2005, p. 25-26).

Dessa forma, ressaltamos que a educação na casa em Sergipe, era quem dava subsídios para que a população das classes elevadas tornasse instruídas. Através dos jornais, que eram exclusivamente lidos por aqueles que já haviam sido alfabetizados, a alta sociedade detinha o poder da troca de serviços entre seus próprios pares, afinal, a elite letrada e os mestres compartilhavam de algo em comum: escolarização.

A escassez de escolas públicas, para a maioria da população, em contrapeso com o grande número de escolas domésticas, para a minoria da sociedade, tornava injusta uma competição de cunho instrucional entre esses pares.

Acerca dessa afirmação, Vasconcelos MC (2005), aponta que:

[...] as poucas escolas existentes — por vezes, colocadas pelo próprio Estado — aliadas às limitadas expectativas da população e às necessidades de sobrevivência no Brasil Oitocentista [...]. A realidade vivida pelas classes menos favorecidas era extremamente rude e precária, constituindo-se em uma luta diária pela sobrevivência, impedindo que se empreendessem meios de frequência à escola. (p.25-26).

Em 1832, por exemplo, havia em todo o Império, 162 escolas para meninos e 18 escolas para meninas, distribuídas pelo Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul (ALMEIDA JRP, 1989, p.61). Em Sergipe o número de escolas chegava a 29, com um total de 1800 alunos matriculados, em 1834 (NUNES MT, 1984).

Sobre a insuficiência educacional em Sergipe durante o Império, destaca-se que “só quatro prédios pertenciam ao patrimônio do Estado, sendo dois na Capital, um em Laranjeiras e o outro em Rosário” (NUNES MT, 1984, p.165).

No final do império, o número de escolas em Sergipe aumentou, bem como o número de alunos matriculados, porém, os graves problemas educacionais continuavam existindo.

De acordo com a assertiva acima, sabemos que:

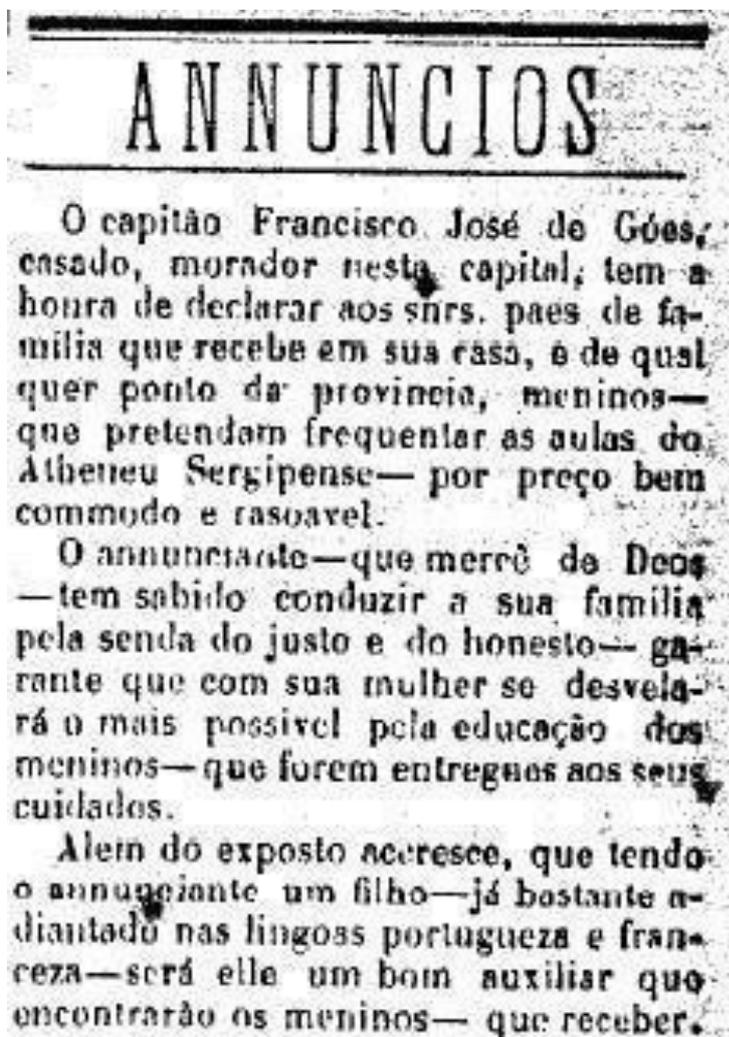
[...] “em Sergipe, em 1888 havia 180 escolas isoladas de instrução primária pública, distribuídas em 54 para o sexo masculino, 56 para o sexo feminino e 70 mistas, com matrícula de 3.427 alunos, de ambos os sexos, e com frequência de 2.285 alunos.2 Dados de 1887 informam que em Sergipe, para uma população de 370.000 habitantes, a proporção de alunos em relação à população era de 1,02%. As escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em prédios alugados, com professores pouco qualificados, sem condições pedagógicas para o ensino, fatos fartamente denunciados pelos Presidentes Província. As críticas às condições de funcionamento destas escolas eram recorrentes tanto do ponto de vista do ensino ministrado como da precariedade das condições físicas. Frequentavam essas escolas as camadas menos favorecidas da população” (OLIVEIRA D, 2016, p.3).

O frágil sistema educacional sergipano deixava margem para a edificação da educação doméstica. No estado ela era praticada por pessoas “habilitadas” ao ensino das primeiras letras, ou ao ensino de disciplinas e/ou habilidades isoladas. E, apesar de no restante do país essa modalidade de ensino estar sendo sucumbida pelas ideias republicanas de instalação de uma nova ordem educacional, em Sergipe essa prática não dava indícios de que iria extinguir-se prontamente.

A educação na casa, na última década do Império, era apresentada em solo sergipano como aulas particulares, na casa do professor ou do aprendiz, e disponibilizado nos jornais impressos que circulavam no estado por meio de anúncios, em que aqueles que iriam ensinar ofertavam seus serviços. Para chamar a atenção de alunos e alunas indistintamente, os (as) professores (as) tentavam exaltar as disciplinas mais procuradas pelos educandos naquele determinado período.

Será exposto a seguir na **Figura 1** os manifestos de oferta serviços educacionais em domicílio encontrados e catalogados através de nossa pesquisa, voltada para a população que da leitura podia usufruir. Além disso, havia também, pais alfabetizados que desejavam contratar professoras(es) domésticas (os) e, para tal fim, expunham o que almejavam no veículo de comunicação jornalístico.

Figura 1 - Receber em casa.



Fonte: Lima MJT e Bretas AS, 2023. Extraído do Jornal do Aracaju, 02 /12/1881.

Conforme a descrição da **Figura 1**:

O capitão Francisco José de Góes, casado, morador nesta capital, tem a honra de declarar aos srs. paes de família que recebe em sua casa, e de qualquer ponto da província, meninos – que pretendem frequentar as aulas do Atheneu Sergipense – por preço bem commodo e rasoável. O anunciado – que mercê de Deos – tem sabido conduzir a sua família pela senda do justo e do honesto – garante que com sua mulher se desvelará o mais possível pela educação dos meninos – que forem entregues aos seus cuidados. Alem do exposto acresce, que tendo o anunciante um filho – já bastante adiantado nas lingoas portugueza e franceza – será ele bom auxiliar que encontrarão os meninos – que receber (IHGSE, Jornal do Aracaju, 2 de dez. 1881, nº. 220).

Receber os estudantes em casa para estudar e para morar, era permitido. De acordo com a legislação da época em que o anúncio foi publicado, havia essa possibilidade, mas, a partir da República, o mestre que lecionasse para seus próprios locatários estaria sujeito às punições estabelecidas pela legislação vigente, já que essa prática poderia ser considerada mais uma pensão do que ensino. Apesar de não estar claro na oferta se o professor também leciona no ensino público, sabe-se que era muito comum o mestre acumular as funções de particular e público.

Observamos também que esse anúncio possui uma característica de curso preparatório para os exames de admissão do Atheneu Sergipense, conceituada escola de curso secundário do estado. Os alunos que cursavam o ensino primário costumavam preparar-se para provas de entrada em escolas de ensino secundário, fossem eles estatais, como o Atheneu Sergipense, ou colégios particulares. Para os membros das classes mais elevadas, esse caminho era inevitavelmente certo, mas, para os alunos provenientes das classes menos favorecidas, a adentrar em um grau maior de instrução parecia uma aspiração distante, com pequenas chances de acontecer.

CONCLUSÃO

Os planos de escolarização de toda a população traçados em Sergipe induziram a resistência da educação doméstica. Dessa forma, a disputa entre a escola pública e o ensino da casa não pode ser mensurada através de modelos educativos impostos de “cima”, mas, deve ser entendida por aqueles que fizeram parte da demanda social ali estabelecida. O tipo de relação que se formou no centro dessa alteração, diverge em natureza política e pedagógica, porém, considera a educação doméstica, uma reafirmação das concepções sociais que separam os indivíduos em grupos. Portanto, a elite, camada da sociedade que aproveitou absolutamente de todos os preceitos dessa prática de instrução, fez com que ela permanecesse instaurada por muito tempo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA JRP. História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889): história e legislação. São Paulo/Brasília. EDUC-INEP, 1989. (Tradução de Antônio Crizzoti).
2. AZEVEDO CB. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a reforma de implantação dos grupos escolares em Sergipe. Revista HISTEDBR [On-line] Campinas, 2009; 37: 134-150.
3. AZEVEDO M. Entroncamentos e entrechoques: vivendo a fé em um mundo plural. SP: Loyola, 1991.
4. BRETAS SA. Ensina-se banca. A oferta e a prática da educação doméstica em Sergipe (1880 a 1960). Relatório de pesquisa jul-2014 a jul-2015.
5. CARVALHO MVC. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO.
6. FAORO R. A república inacabada. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2012
7. FARIA FILHO LM. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES EMT, et al. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; 135-150. (Coleção Historial; 6).
8. HABERMAS J. O discurso filosófico da modernidade. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodney Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
9. Jornal do Aracaju, 2 de dezembro de 1881; 220, s/p.
10. LEITE CHF. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. Escritas, Araguaína, 2015; 1(7): 3-17.
11. LIMA, MJ. Ensina-se banca: a oferta de educação doméstica em Sergipe (1880-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018.
12. NUNES MT. História da educação em Sergipe. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. Paz e Terra, 1984.

13. OLIVEIRA DM. Ensino primário em Sergipe na Primeira República. Revista HISTEDBR [online] Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos.../Dilma_Maria_Oliveira_artigo.pdf. Acessado em: 08 de dezembro de 2016.
14. PINHEIRO ACF. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).
15. SERGIPE (Estado). Lei n. 508 de 16 de Junho de 1858. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1853 a 1858. Typ. Provincial. No Largo do Palacio. S/d. (pag. 27e 34).
16. RESOLUÇÃO. Resolução de 20 de Abril de 1875. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1875. Typ. Provincial. S/d. (pag. 24 e 25).
17. SIQUEIRA L. De La Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). São Cristóvão, 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGED, UFS.
18. VASCONCELOS MCC. A casa e os seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.
19. VASCONCELOS MCC. A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004; 2: 336f. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação.